CONCELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0111/79

INTERESSADA: Elda Santos Moraes

ASSUNTO: Solicita readmissão como aluna do Colégio Técnico

RELATOR: Cons. Pe. L. Corbeil Saúde "S. Camilo" / Capital

Parecer CEE nº 675 /79 - CESG - Aprovado em 13 / 06 / 1979

1. HISTÓRICO:

1.1 Elda Santos Moraes, RG. 12. 891.460, residente à Av. 9 de Julho 1952, aptº 808, era São Paulo, Capital, solicita ao Conselho Estadual de Educação seja determinada sua readmissão no Colégio Técnico da Saúde São Camilo.

1.2 A requerente, diz a Supervisora Pedagógica na sua Informação constante de fls. 22, "no 1º semestre de 1978 freqüentou o Curso de Auxiliar de Enfermagem do Colégio Técnico da Saúde "São Camilo" e, tendo sido desligada do estabelecimento por decisão do Conselho de Professores na reunião extraordinária realizada a 1/08/78, está requerendo sua readmissão."

1.3 "Parece-nos, s.m.j., continua a Senhora Supervisora, que nada há a opor ao deliberado pelo Conselho de Professores, tendo em vista que:

a) a requerente, a 06/02/78, em documento de seu prontuário, conforme cópia xerográfica em anexo, declarou estar ciente de que sua permanência na escola estava condicionada à mudança de comportamento;

b) o Conselho de Professores realizou duas reuniões extraordinárias, a primeira em 10/07/78, e a segunda em 1/02/78, para tratar da avaliação (atitude e habilidades) da aluna em questão;

c) em visita realizada a 18/10/78, conforme cópia do termo de visita em anexo, ficou constatada a existência de duas Atas das reuniões acima mencionadas;

d) ficou deliberado, na Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Professores, que a aluna deveria ser desligada do estabelecimento, em conseqüência dos motivos enumerados na parte final da Ata, cuja cópia xerográfica segue em anexo."

1.4 A Delegada da 3ª Delegacia de Ensino da Capital opina no mesmo sentido, concluindo:

"Parece-nos que nenhum direito assiste à requerente, uma vez que no curso em tela há necessidade de inexistência de traços de personalidade que contra-indiquem o exercício profissional."

1.5 Como o Regimento Escolar e os Planos de Curso desta habilitação, na ocasião, não estavam ainda aprovados, mas se encontravam neste Colegiado para apreciação, a DRECAP-1 opinou pelo encaminhamento do Processo ao Conselho Estadual de Educação, onde chegou pelas vias regulares.

1.6 Posteriormente à entrada do Processo no Conselho no dia 22/01/79, a requerente solicitou a inclusão de uma carta dirigida ao "Senhor Conselheiro", datada de 23/01/79, na qual declara ter assinado o documento mencionado no item 1.3, letra a, sob visível coação.

2. APRECIÇÃO

2.1 Este processo foi encaminhado a este Conselho por ainda não terem sido aprovados, na ocasião, o Regimento Escolar e o Plano de Curso referentes à Habilitação Parcial - Auxiliar de Enfermagem e Habilitação plena em Enfermagem.

Estes documentos foram aprovados pelo Parecer CEE nº 166/79 em 09/02/79 e os atos escolares praticados nesses cursos foram convalidados desde 1976 até o presente.

2.2 - Ora, a Diretora agiu de acordo com o artigo 114-§ 2º do Regimento aprovado pelo Conselho, que reza:

"A penalidade prevista no inciso IV (transferência compulsória) será aplicada pelo Diretor, após a apuração da falta, em processo regular, observando-se as normas estabelecidas para o processo administrativo e ouvido o Conselho de Professores, que será convocado especialmente para este fim."

De fato, a Sra. Diretora da Escola :

- realizou duas reuniões extraordinárias com o Conselho de Professores para examinar o caso, segundo informação da Cupervisora Pedagógica (fls. 22);
- tomou em consideração o atestado médico que constata que a interessada sofre do grande mal epilético, mantido sob controle pela medicação e que pode e deve estudar normalmente (fls. 12);
- declarou ainda segundo consta de ata da última reunião com o Conselho de Classe (fls. 19) que:

"Como o atestado médico constata a aluna como normal, ela deverá ser tratada como uma aluna comum, ficando submetida às normas regimentais, independentemente de todas condescendências já conferidas a ela anteriormente à espera de um possível crescimento pessoal" Assim sendo, a aluna teria infringido, durante todo o

semestre, as seguintes normas regimentais". Aponta a seguir quatro séries de faltas graves e conclui:

"Por tais motivos, a aluna deverá ser desligada do estabelecimento, ficando à sua disposição seu histórico escolar."

2.3 Portanto compartilhamos das opiniões da Supervisora Pedagógica e da Delegada da 3º DE que a escola está no seu direito ao desligar a aluna de seu estabelecimento.

2.4 Quando à queixa da aluna encaminhada ao Conselho após a entrada do Processo neste Colegiado, na qual comunicou que a declaração por ela assinada, durante o seu curso de Auxiliar de Enfermagem, foi feita sob visível coação, não podemos entrar no mérito de caso tão grave, por não ter sido objeto da apreciação das autoridades educacionais da Secretaria de Estado da Educação, a quem a interessada deveria ter se dirigido em primeira instância.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, voto pelo indeferimento da solicitação da aluna Elda Santos Moraes, por estar a decisão da escola em conformidade com os termos de seu Regimento aprovado por este Conselho, pelo Parecer CEE nº 166/79, que também convalida os atos escolares praticados nesses cursos da escola desde 1976.

São Paulo, 9 de maio de 1979

a) L. Corbeil - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adotou como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Eulálio Gruppi, Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala da CEEG, em 16 de maio de 1979

a) Cons." Jair de Moraes Neves

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 13 de Junho de 1979.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE